

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO GESUP.F 1.006/2024	
OBJETO DO CERTAME	
Contratação de entidade seguradora para emissão de apólices de seguro garantia judicial destinadas a garantir valores passíveis de serem depositados ou substituir aqueles efetivamente depositados em processos judiciais nos quais a INB figure na lide.	
SESSÃO PÚBLICA	ABERTURA DE PROPOSTAS
www.gov.br/compras	01/03/2024 às 10:00 horas.
VALOR EM RISCO OU LMG	
R\$ 209.310.599,84	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	EXCLUSIVA ME/EPP?
Menor Valor Global do Prêmio	NÃO
LOCAL DE ENTREGA	
Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB Fábrica de Combustível Nuclear – FCN Rod. Presidente Dutra, km 336, s/nº - Engenheiro Passos Resende/RJ - CEP: 27555-000	
ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E ENVIO DE DOCUMENTOS	
Endereços eletrônicos: lue@inb.gov.br Com cópia para rodrigomoreira@inb.gov.br e gesup@inb.gov.br . Assunto: Pregão Eletrônico GESUP.F 1.006/2024. Endereço físico: Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB Gerência de Suprimentos – GESUP.F Rod. Presidente Dutra, km 336, s/nº - Engenheiro Passos – Resende/RJ - CEP: 27555-000	
REFERÊNCIA DE TEMPO	
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).	
ANEXOS AO EDITAL	
Anexo I – Modelos de Documentos Anexo II – Minuta de Instrumento Contratual Anexo III – Termo de Referência Anexo IV – Planilha de Preços	

INSTRUÇÕES AOS LICITANTES

A INB torna público que realizará licitação de abrangência nacional na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pela **menor valor global para o período de vigência de 3 (três) anos** sendo a presente licitação e a consequente contratação regidas pela Lei n.º 13.303/2016, pelo rito da Lei n.º 14.133/2021 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da INB, disponível em www.inb.gov.br/licitacoes, bem como pelas disposições estabelecidas neste Edital e demais normas legais correlatas.

1. Preâmbulo

- 1.1. Este documento contém regras a serem observadas pelos licitantes para participação, elaboração e apresentação da Proposta e atendimento as condições de habilitação.
 - 1.1.1. Define-se como **Proposta Comercial** o conjunto de documentos contendo dados e informações relacionadas ao fornecimento de que trata este Edital, incluindo dados comerciais, dados técnicos, catálogos, diagramas e desenhos, planilhas de composição de custos e outras informações complementares apresentadas pelo Licitante.
 - 1.1.2. Define-se como **Habilitação** o conjunto de documentos capazes de demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira do Licitante.
- 1.2. Entendem-se como Documentos de Licitação este Edital, como também os suplementos ao mesmo que venham a ser emitidos pela INB.
- 1.3. A contratação do objeto de que se trata a presente Licitação será adjudicada a **uma única** seguradora ou entidades seguradoras partícipes de cosseguro, respeitadas as condições estabelecidas neste Edital. As Propostas deverão contemplar a prestação total do objeto desta Licitação, não sendo aceitas propostas para prestação parcial.
- 1.4. A taxa anual estimada da Licitação é sigilosa conforme determina o item 2.4 do Capítulo 4 Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB, bem como o art. 34 da Lei n.º 13.303/2016.
- 1.5. **Em caso de eventual divergência existente entre as especificações técnicas descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerá sempre o especificado no Edital do certame.**
- 1.6. O presente Edital foi aprovado pela Consultoria Jurídica da INB, por intermédio do Parecer COOCT.P n.º 365/23 de 24 de novembro de 2023, nos termos do item 2.1.1 do Capítulo 4 do Regulamento de Licitações e Contratos da INB.

2. Prazo Vigência Contratual

- 2.1. O prazo da contratação será de 01 (um) ano, contado da data da última assinatura do representante das partes no instrumento contratual.
- 2.2. O prazo acima estabelecido para a vigência contratual poderá ser prorrogado por mais 04 (quatro) períodos de 01 (um) ano, nos termos do art. 71 da lei nº 13.303/2016.

3. Condições de Participação

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo objeto social seja compatível com o objeto desta Licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.
 - 3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste

Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

- 3.1.2. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à INB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados considerados impedidos pela legislação em vigor, tais como aqueles que:
 - 3.2.1. Tenham sofrido penalidade ou proibição que, de algum modo, limite a sua participação em licitações ou sua contratação pela Administração Pública, nas hipóteses legais em que a abrangência das sanções alcance a INB, a exemplo das previstas nas Leis 8.666/93, 10.520/02, 14.133/21, 12.527/2011, 12.529/2011 e 9.605/98;
 - 3.2.2. Estejam sob decretação de falência, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação na forma do Art. 26 do Decreto 73/66
 - 3.2.2.1. No caso de recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar a empresa que apresentar o comprovante de deferimento da recuperação judicial ou extrajudicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial.
 - 3.2.3. Se enquadrem em alguma das vedações previstas na Lei nº 13.303/2016, notadamente em seus artigos 38 e 44.
 - 3.2.4. Possuam vínculo familiar com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na INB, conforme determinação do Decreto nº 7.203/2010.
 - 3.2.5. Cujo administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com:
 - I. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela contratação ou;
 - II. autoridade hierarquicamente superior no âmbito da INB, conforme Decreto nº 9.507/2018.
- 3.3. Os impedimentos serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, Cadastro Licitante Inidôneo mantido pelo TCU, e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.
- 3.4. O licitante poderá participar desta licitação por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpra as condições exigidas para habilitação e credenciamento, em relação ao estabelecimento com o qual pretenda participar do certame.

4. Condições de Participação de Seguradoras em Operação de Cosseguro

- 4.1. A operação de cosseguro será permitida, desde que atendidas as disposições da Resolução CNSP nº 451/2022, suas atualizações e demais normativos porventura aplicáveis à matéria.
- 4.2. Nas operações de cosseguro não existirá responsabilidade solidária entre as companhias seguradoras, tampouco será permitida operação de cosseguro com participação de seguradora sem assunção de responsabilidade.
- 4.3. O contrato/apólice de cosseguro deverá conter, além de outras definidas na legislação,

informação específica dispondo sobre:

- 4.3.1. Nome e CNPJ das sociedades seguradoras, além dos respectivos limites de responsabilidade máxima assumida;
- 4.3.2. A seguradora líder e suas atribuições; e
- 4.3.3. A inexistência de responsabilidade solidária entre as sociedades seguradoras.
- 4.4. O pagamento do valor da indenização, no caso de cosseguro, deverá ser integralmente efetuado pela segurança líder, independentemente da parte devida pelas outras entidades integrantes do cosseguro.
- 4.5. A empresa líder do cosseguro será responsável por todo o contato técnico e administrativo perante a INB, em especial quanto à emissão da apólice de seguros e regulação e liquidação de sinistros.
- 4.6. Caso a opção seja pelo cosseguro, todas as entidades participantes deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital de licitação.

5. Formalização de Consultas

- 5.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite para o recebimento das propostas, qualquer interessado poderá enviar à INB pedido de esclarecimento acerca deste Edital, através dos endereços eletrônicos constantes na capa deste Edital.
- 5.2. Antes da data limite de recebimento das Propostas, a INB poderá emitir suplementos para rever, emendar ou modificar qualquer parte deste Edital.
 - 5.2.1. Os suplementos a este Edital que afetem, inquestionavelmente, a formulação da Proposta, ocasionarão a reabertura do prazo inicialmente estabelecido.
- 5.3. Todos os esclarecimentos e suplementos emitidos serão disponibilizados no sistema eletrônico. No caso de esclarecimentos, a resposta da INB não identificará a fonte que os solicitou.
- 5.4. É de responsabilidade do Licitante manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações ou esclarecimentos acerca do Edital, através de consulta permanente ao sistema eletrônico, não cabendo à INB a responsabilidade pela não observância desse procedimento.
- 5.5. Não deverão ser consideradas pelos licitantes na formulação de sua Proposta quaisquer informações ou esclarecimentos obtidos de forma diversa da acima estabelecida.
- 5.6. Os interessados em ter vistas ao processo administrativo, respeitado o sigilo da taxa anual estimada da contratação e dos documentos relativos à formação de preços, poderão solicitar, previamente, acesso aos documentos através de pedido enviado para a INB por meio eletrônico para os endereços constantes na capa deste Edital.

6. Impugnação ao Edital

- 6.1. Qualquer cidadão poderá impugnar o instrumento convocatório de licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, devendo o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela Área Requisitante, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.
- 6.2. A impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro(a), através dos endereços eletrônicos constantes na capa deste Edital, devendo ser informado, no campo “assunto”, o número da licitação.
- 6.3. Não serão aceitas as impugnações que:
 - 6.3.1. Forem entregues fora do prazo legal;

- 6.3.2. Forem interpostas por representante não habilitado legalmente para responder pelo Licitante.
- 6.3.3. Nesse caso, aquele não habilitado enquanto representante, deve apresentar impugnação na forma do item 6.1.

7. Apresentação de Proposta

- 7.1. O licitante cadastrará sua Proposta Inicial exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para cadastramento de novas propostas será automaticamente encerrado.
 - 7.1.1. A oferta registrada no sistema eletrônico deverá considerar o valor de desconto ofertado para cada item, já considerados e inclusos todos os tributos, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, considerando o dimensionamento previsto no Termo de Referência e de acordo com as cláusulas do Modelo de Instrumento Contratual anexos a este Edital.
 - 7.1.2. O Licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico:
 - I. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
 - II. que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
 - III. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
 - IV. que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente.
 - V. que se enquadra como ME ou EPP, para usufruir da preferência de contratação estabelecidas na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e no Decreto 8.538 de 06 de outubro de 2015, quando for o caso.
- 7.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará o Licitante às sanções previstas neste Edital.
- 7.3. O licitante ao firmar por meio do sistema eletrônico as declarações acima, ratifica que cumpre todos os requisitos do edital e seus anexos, inclusive os requisitos de habilitação, pela qual se depreende que, sob os efeitos da lei, não se enquadra nas hipóteses de impedimentos de participar e de ser contratada pela INB, e que nenhum sócio ou administrador possui vínculo familiar com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na INB, conforme determinação do Decreto n.º 7.203/2010.
- 7.4. Até a data e hora estabelecida neste Edital para a Abertura da Proposta os licitantes poderão retirar ou substituir a oferta de preço cadastrada no sistema.
- 7.5. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8. Abertura da Sessão do Pregão

- 8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data, hora e sistema eletrônico indicados na capa deste Edital.
- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.3. Cabe ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.4. O Licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
 - 8.4.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto ao lance de menor valor deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 8.5. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às sanções constantes neste Edital.
- 8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.7. O Pregoeiro(a), poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema
 - 8.7.1. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 8.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais licitantes.
- 8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance nos últimos 02 (dois) minutos do período inicial da sessão pública.
 - 8.9.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 8.9.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.11. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes pelo período de 10 (dez) minutos para recepção dos lances.
 - 8.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes no sistema eletrônico.

- 8.12. Encerrada a etapa de lances, definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 8.12.1. Caso haja a situação acima, após o reinício supracitado, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
 - 8.12.2. Em seguida, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme ordem crescente
- 8.13. O Pregoeiro verificará a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos do edital e desclassificará, motivadamente, aquela que não esteja em conformidade
 - 8.13.1. Os licitantes que estiverem em contato direto com o Pregoeiro(a) através do chat de mensagens poderão, neste momento, registrar seus questionamentos via sistema eletrônico
- 8.14. Caso a empresa vencedora da disputa seja uma ME ou EPP, a licitação terá sua continuidade normal.
- 8.15. Se a empresa vencedora da disputa não for uma ME ou EPP, o Sistema verificará se há registro de lances classificados dentro do intervalo de até 5% (cinco por cento) de valores superiores ao da empresa vencedora da disputa, procedendo à convocação da empresa ME ou EPP melhor classificada, que se encontra em situação de empate ficto, para que a mesma ofereça lance de valor inferior ao da empresa vencedora da disputa no prazo de até 05 (cinco) minutos, caso seja do seu interesse.
- 8.16. Caso o empate ficto ocorra após o encerramento da sessão pública de disputa de lances, em virtude de desclassificação, a ME ou EPP melhor classificada será convocada através da área de mensagens do sistema eletrônico, onde será informado data e horário limite para que o Licitante exerça seu direito no prazo máximo de 5 (cinco minutos).
- 8.17. Se a ME ou EPP ofertar lance inferior ao lance vencedor, o Sistema reclassificará a empresa com lance superior àquele novo lance classificado, de maneira que a ME ou EPP ofertante do melhor lance seja considerada como arrematante do lote e registrará oficialmente o valor do lance ofertado.
- 8.18. Na hipótese da não apresentação de lance pela ME ou EPP melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.19. Na eventualidade de todas as ME's ou EPP's virem a ser desclassificadas, reassumirá a condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de menor valor, originalmente apresentada na sala de disputa.
- 8.20. Após aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, persistindo o empate, serão seguidos os critérios estabelecidos no art. 55 da Lei 13.303/16.

9. Aceitabilidade da Proposta

- 9.1. O critério de julgamento utilizado neste Pregão será aquele estabelecido na capa deste Edital, observados o valor estimado da contratação, o prazo de execução, a compatibilidade com o Termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.
- 9.2. O(a) Pregoeiro(a) deverá, através do sistema eletrônico, negociar uma redução no último valor ofertado pelo Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das

previstas neste Edital.

9.2.1. Caso o menor valor negociado esteja acima do orçamento estimado e aprovado pela INB para a contratação, o Licitante terá sua oferta desclassificada, passando o(a) Pregoeiro(a) a examinar as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade.

9.3. **O Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar**, que tiver sua oferta de preços aceita pela INB, deverá encaminhar sua Proposta atualizada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico, no prazo de **até 02 (duas) horas**, contado da convocação efetuada pelo(a) Pregoeiro(a).

9.3.1. O prazo referido no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo Licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.4. A Proposta a ser enviada pela empresa arrematante deverá ser elaborada preferencialmente conforme modelo de planilha de preço anexa a este Edital.

9.5. Para a verificação das propostas com indício de inexecuibilidade, poderão ser utilizados os critérios previstos no §3º do art. 56 da Lei 13.303/16, bem como o Art. 34 IN SEGES/ME 73/23.

9.6. O prazo de validade da Proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da abertura da Licitação.

9.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá fixar prazo para correção da planilha de composição de preços quando o preço global ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes.

9.8. Será desclassificado o Licitante que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a) na proposta apresentada.

10. Habilitação

10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, e dos documentos complementares especificados neste Edital.

10.2. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados pelo Licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar por meio de campo próprio do sistema, caso não estejam contemplados no Sicaf e quando solicitado pelo Pregoeiro, no prazo estabelecido por ele durante a fase de habilitação.

10.3. Quando houver inabilitação do primeiro colocado, serão requeridos e avaliados os documentos do próximo colocado e assim sucessivamente.

10.4. O prazo para envio dos documentos será de 02 (duas) horas, e poderá ser prorrogado por solicitação da Licitante por igual período quando ocorrer motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro(a), ou prorrogado a critério do Pregoeiro(a) quando constatar-se que o prazo não é suficiente para o envio de todos os documentos exigidos no edital.

10.5. **A documentação a ser verificada através do Sicaf será a seguinte:**

10.5.1. Documentação relativa à habilitação jurídica

- a) Ato Constitutivo, Estatuto, Contrato Social, ou documento equivalente, em vigor, devidamente registrado no órgão competente.
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim exigir.

- c) Certidão de Regularidade expedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), certificando que a proponente está autorizada a operar e atestando que não se encontra, na data de realização do certame, sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, tampouco esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP (Em se tratando de proposta apresentada por cosseguro, deverão ser apresentadas as certidões de regularidades de todas as entidades seguradoras integrantes do cosseguro).

10.5.2. Documentação relativa à Regularidade Fiscal

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
- b) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF).
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/14.

10.5.3. Documentação relativa à Qualificação Econômico Financeira

- a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da Licitante pessoa jurídica, devidamente válida, na forma do Art. 26 do Decreto 073/66
 - Caso o Licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial deverá apresentar comprovante de deferimento da recuperação judicial ou homologação do plano de recuperação extrajudicial.

10.6. A documentação complementar a ser anexada no sistema eletrônico pelo Licitante será a seguinte:

10.6.1. Declarações e Autorizações

Declaração de enquadramento societário/fiscal para fins de Avaliação Econômico-Financeira, conforme modelo disponibilizado em anexo. Tal declaração subsidiará a documentação exigida para comprovação da qualificação Econômico Financeira.

10.7. O Licitante que possuir cadastro junto à INB poderá apresentar somente os documentos listados a seguir:

- a) Certificado de Registro Cadastral da INB devidamente atualizado.
- b) Documentos complementares estabelecidos no item anterior.

10.7.1. Para verificação da atualização cadastral, o Licitante antecipadamente deverá entrar em contato com o Setor de Cadastro de Fornecedores da INB pelo e-mail gesupcadastro@inb.gov.br, At. Cadastro de Fornecedores.

10.8. No processo de habilitação do Licitante, o(a) Pregoeiro(a) verificará também o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, Cadastro Licitante Inidôneo mantido pelo TCU, SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e outros sistemas cadastrais pertinentes que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta.

10.9. O(a) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de

certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

- 10.10. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
 - 10.10.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Gerência de Suprimentos da INB, no endereço físico indicado na capa deste Edital.
- 10.11. Os documentos encaminhados deverão estar em nome do Licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 10.12. Será inabilitado o Licitante:
 - 10.12.1. Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta Licitação ou que não atender a todas as exigências contidas neste Edital.
 - 10.12.2. Que possua registro de ocorrência que a impeça de licitar e contratar com a INB ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar com a Administração.
 - 10.12.3. Que apresentar a documentação solicitada com defeitos considerados insanáveis.
 - 10.12.3.1. Consideram-se sanáveis os defeitos relacionados a documentos que declaram situações pré-existentes ou concernentes aos seus prazos de validade.
 - 10.12.3.2. Será concedido o prazo de 01 (um) dia útil, prorrogável por igual período, para que o licitante corrija os defeitos sanáveis constatados em sua documentação de habilitação, apresentando, se for o caso, nova documentação, através de anexação em local próprio do site Comprasnet.
 - 10.12.3.3. Caso o licitante não atenda ao solicitado dentro do prazo estipulado, será inabilitado e estará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas na legislação vigente e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB.
- 10.13. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o Licitante será declarado vencedor da Licitação.

11. Recursos Administrativos

- 11.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.
 - 11.1.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a adjudicação do objeto à licitante vencedora.
 - 11.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do pregão.
 - 11.1.3. As demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de divulgação da interposição do recurso.
 - 11.1.4. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 11.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela Autoridade Competente, em conformidade com os prazos estabelecidos em Regulamento Interno de Licitações e Contratos.
- 11.3. As razões recursais deverão ser redigidas de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, conter a identificação do recorrente, o resumo dos fatos, o ato apontado como irregular ou nulo, os fundamentos que embasam a pretensão do recorrente e o pedido de modificação, revogação ou anulação da decisão proferida.
- 11.4. Não serão aceitos os recursos administrativos que forem entregues fora do prazo legal ou que forem interpostos por representante não habilitado legalmente para responder pelo Licitante.
- 11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. Adjudicação e Homologação

- 12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, quando houver, o(s) item(ns) da licitação ficará(ão) sujeito(s) à adjudicação e à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação e a legalidade dos atos praticados.
 - 12.1.1. Se, por motivo de força maior ou caso fortuito, a homologação não puder ocorrer dentro do período de validade das Propostas, a presente licitação poderá ser suspensa caso persista o interesse da INB, quando será solicitada prorrogação geral da validade das propostas ao licitante vencedor, por igual prazo, no mínimo.
- 12.2. A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites fixados pela Lei nº 13.303/2016.

13. Formalização do Instrumento Contratual

- 13.1. Homologada a licitação, a vencedora do Certame será convocada para assinar, no prazo de até 05 (cinco) dias da convocação feita pela INB, o Instrumento Contratual oriundo desta licitação, que se embasará no Modelo anexo neste Edital.
 - 13.1.1. O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela INB.
 - 13.1.2. A assinatura do Instrumento Contratual deverá ser feita, preferencialmente, na forma eletrônica utilizando certificado digital padrão ICP-Brasil. Caso o fornecedor não possa realizar a assinatura desta forma, este será convocado a comparecer à unidade da INB que realizou a licitação para assinatura física do Instrumento Contratual.
- 13.2. Se o Licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Instrumento Contratual ou não apresentar situação regular no ato da assinatura, estará sujeito às penalidades previstas neste Edital.
 - 13.2.1. Neste caso, a INB poderá convocar o Licitante subsequente, respeitando a classificação do certame e as disposições relativas à preferência para a microempresa e empresas de pequeno porte, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, em conformidade com o Edital.
- 13.3. O Licitante vencedor deverá apresentar procuração devidamente reconhecida em

cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa, quando o mesmo não constar do Contrato Social como pessoa autorizada a assinar em nome do Licitante.

- 13.4. A rescisão do instrumento contratual poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:
 - 13.4.1. Por ato unilateral de qualquer das partes nas hipóteses e prazos descritos no Instrumento Contratual, assegurada a prévia defesa da outra parte.
 - 13.4.2. Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que seja conveniente para a INB e a Contratada.
 - 13.4.3. Por determinação Judicial.
 - 13.4.4. Nos casos estabelecidos no Instrumento Contratual.
- 13.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14. Sanções Administrativas

- 14.1. Aos licitantes que deixarem de entregar a documentação exigida para o certame, não mantiverem a proposta, não celebrarem o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta e comportarem-se de modo inidôneo, poderão ser aplicadas as penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com a INB, conforme dosimetria abaixo, sem prejuízo da reparação dos danos causados a INB pelo infrator:
 - 14.1.1. Até 02 (dois) meses quando deixar de entregar documentação exigida para o certame.
 - 14.1.2. De 02 (dois) a 06 (seis) meses quando não mantiver sua proposta.
 - 14.1.3. De 06 (seis) a 12 (doze) meses quando não celebrar o Instrumento Contratual quando convocado dentro do prazo da validade da proposta.
 - 14.1.4. De 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses quando se comportar de modo inidôneo.
- 14.2. A reincidência nos atos previstos no item anterior, ocorridas no prazo de até 12 (doze) meses a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da penalidade a ser aplicada, limitado a 24 (vinte e quatro) meses.
- 14.3. Toda penalidade aplicada ao Licitante será precedida de processo administrativo, devidamente instruído com a descrição dos fatos ocorridos e do dispositivo editalício ou legal que tenha sido violado.
- 14.4. A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.
- 14.5. As penalidades aplicadas aos licitantes serão registradas no Cadastro de Fornecedores da INB e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 14.6. As sanções previstas na Lei 13.303/16 e as do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da INB observarão também os termos da Lei 12.846/13.

15. Disposições Finais

- 15.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a INB revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 15.2. O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a

imediate desclassificação do Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido contratado, implicará na rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

- 15.3. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 15.4. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 15.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 15.6. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta.
- 15.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competitividade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da **INB**.
- 15.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes através do sistema eletrônico, ou ainda, mediante publicação na área de licitações do site da **INB**.
- 15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:
 - I. excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
 - II. os prazos somente serão iniciados e vencidos em dia e horário de expediente na unidade da **INB** que está realizando a Licitação.
- 15.11. Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:
 - I. Se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
 - II. Os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.
- 15.12. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 15.13. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste documento licitatório, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ANEXO I

MODELOS DE DOCUMENTOS



1.

Declaração de Enquadramento Societário-Fiscal para Fins de Avaliação Econômico-Financeira

Ass.: Pregão Eletrônico GESUP.F 1.006/2024

[Identificação do Licitante], inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) **[Identificação do representante do Licitante]**, portador da identidade n.º e do CPF n.º, DECLARA, sob pena de aplicação de sanções administrativas e legais cabíveis, que esta sociedade, na presente data, se enquadra como:

- () Sociedade em Geral obrigada a adotar e a enviar Escrituração Contábil Digital – ECD / SPED - Contábil, nos termos do art. 2º do Decreto nº 6.022, de 2007 combinado com a Instrução Normativa da RFB nº 1.420/2013 e alterações posteriores;
- () Demais Sociedades Empresariais ou Simples não obrigadas a adotar e a enviar Escrituração Contábil – ECD / SPED - Contábil.

.....

Local e data

(assinatura do representante legal do Licitante)



ANEXO II

MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL



INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB

Contrato nº _/_/___

Objeto: Contratação de entidade seguradora para emissão de apólices de seguro garantia judicial destinadas a garantir valores passíveis de serem depositados ou substituir aqueles efetivamente depositados em processos judiciais nos quais a INB figure na lide.

Contratada:

Requisitante/Requisição: GEACS.F 2023/04/0036

Data de Publicação do Aviso de Licitação:



ÍNDICE

CLÁUSULAS / TÍTULOS

- 1ª. Objeto
- 2ª. Dotação Orçamentária
- 3ª. Obrigações da Contratada
- 4ª. Obrigações da INB
- 5ª. Preços
- 6ª. Reajuste de Preços
- 7ª. Condições de Faturamento
- 8ª. Condições de Pagamento do Prêmio
- 9ª. Alterações Contratuais
- 10ª. Sanções
- 11ª. Caso Fortuito e/ou Força Maior
- 12ª. Representante da Contratada
- 13ª. Representante da INB e Fiscalização do Contrato
- 14ª. Subcontratação, Cessão, Transferência a Terceiros e Dação em Garantia
- 15ª. Inadimplemento da Contratada
- 16ª. Rescisão
- 17ª. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato
- 18ª. Responsabilidade das Partes
- 19ª. Proteção de Dados Pessoais
- 20ª. Prazo de Vigência do Contrato
- 21ª. Tributos
- 22ª. Novação
- 23ª. Anticorrupção
- 24ª. Valor do Contrato
- 25ª. Foro

Anexos

I – Termo de Referência

II – Planilha de Preços



CONTRATO ENTRE **INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB** E *[inserir denominação social da contratada]*, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE SEGURADORA PARA EMISSÃO DE APÓLICES DE SEGURO GARANTIA JUDICIAL DESTINADAS A GARANTIR VALORES PASSÍVEIS DE SEREM DEPOSITADOS OU SUBSTITUIR AQUELES EFETIVAMENTE DEPOSITADOS EM PROCESSOS JUDICIAIS NOS QUAIS A INB FIGURE NA LIDE, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB, empresa pública federal, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Av. Rio Branco, nº 1, 19º andar, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 00.322.818/0001-20, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada "**INB**", e *[inserir denominação social da Contratada]*, sociedade _____, com sede na cidade de [•] - [•], na [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [•], neste ato representada na forma dos seus atos constitutivos, doravante denominada "**CONTRATADA**" e, em conjunto com **INB**, "**Partes**", têm entre si ajustado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª – Objeto

- 1.1. Constitui objeto do presente contrato a contratação de entidade seguradora para emissão de apólices de seguro garantia judicial destinadas a garantir valores passíveis de serem depositados ou substituir aqueles efetivamente depositados em processos judiciais nos quais a **INB** figure na lide, em conformidade com o termo de referência.
- 1.2. Também fazem parte integrante do presente Contrato, independente da transcrição ou anexação, os seguintes documentos:
 - 1.2.1. Documentos da Licitação PREGÃO ELETRÔNICO GESUP.F nº 1.006/2024.
 - 1.2.2. Propostas Técnica e Comercial da **CONTRATADA** nº ____/____, datadas de ____/____/____.
- 1.3. Fazem, também, parte integrante do presente Contrato os Anexos a seguir listados:
 - 1.3.1. Anexo I – Termo de Referência
 - 1.3.2. Anexo II – Planilha de Preços
- 1.4. Ocorrendo divergências entre os termos deste Contrato e o estipulado nos documentos mencionados nos itens 1.2 e 1.3 acima, prevalecerão as disposições deste Contrato, e na sequência as disposições dos documentos elencados no item 1.3 e 1.2 nesta ordem.
- 1.5. Não terão eficácia quaisquer ressalvas ou exceções ao estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Contrato, ou a outros documentos emitidos pela **INB**, formulados pela **CONTRATADA**, em relação às quais a **INB** não tenha concordado por escrito.
- 1.6. A presente contratação será regida pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **INB** e pelos preceitos de direito privado.



Cláusula 2ª – Dotação Orçamentária

- 2.1. A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta das receitas próprias da **INB** proveniente de suas atividades.

Cláusula 3ª – Obrigações da Contratada (Seguradora)

- 3.1. São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras constantes deste Contrato, seus Anexos ou das leis vigentes, particularmente a Lei nº 13.303/2016:
- 3.1.1. Executar fielmente o objeto de acordo com as cláusulas e condições deste Contrato e em rigorosa observância ao Termo de Referência - Anexo I deste Contrato e determinações da **INB** e tudo mais que necessário for à perfeita execução do objeto, ainda que não expressamente mencionado;
 - 3.1.2. Todo o pessoal envolvido com a prestação de serviços deverá ter relação de trabalho com a **CONTRATADA**, não havendo qualquer vínculo empregatício com a **INB**, sendo vetada a Subcontratação.
 - 3.1.3. Abster-se de utilizar, em todas as atividades relacionadas com a execução deste instrumento, mão de obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nem utilizar mão de obra em condição análoga à de escravo. Sugerimos retirar.
 - 3.1.4. Substituir o empregado que, a critério da **INB**, seja julgado inconveniente ao bom andamento da prestação dos serviços, correndo por conta da **CONTRATADA** eventuais ônus decorrentes de tal fato.
 - 3.1.5. Não utilizar seus empregados para execução de qualquer outra tarefa ou serviços que não estejam vinculados ao objeto do Contrato nem sejam estabelecidos pela Fiscalização da **INB**.
 - 3.1.6. Atender, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer notificações da **INB**, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer outra obrigação contratual
 - 3.1.7. Não admitir em seu quadro de pessoal ou utilizar os serviços profissionais de qualquer empregado da **INB** ou de outras empresas por esta contratada.
 - 3.1.8. Respeitar e fazer cumprir rigorosamente as leis, as portarias e determinações das autoridades públicas competentes, em tudo que diga respeito ao objeto deste Contrato.
 - 3.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução deste Contrato.
 - 3.1.10. Comunicar, imediatamente, à **INB**, com a devida comprovação, qualquer evento que impossibilite o cumprimento do objeto, prestando os esclarecimentos necessários.
 - 3.1.11. Atender prontamente a quaisquer exigências da **INB** inerentes ao objeto deste Contrato.
 - 3.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
 - 3.1.13. **É vedado o pagamento de corretagem de seguro:**
 - 3.1.13.1. Deverá estar expresso na apólice, com fulcro no Art. 16 § 3º do Dec. 60.459/67 que é vedada a corretagem de seguros no ato da contratação e enquanto vigorar o ajuste
 - 3.1.14. Assegurar a cobertura contratada durante a vigência da apólice.
 - 3.1.15. Arcar com todos os custos e despesas relativos aos processos administrativos, judiciais e arbitrais, em qualquer instância ou tribunal, que venham a ser ajuizadas



em face da INB, decorrentes da responsabilidade da CONTRATADA na execução deste Contrato, assumindo em juízo ou fora dele, toda a responsabilidade relacionada a estas obrigações, resguardando os interesses da INB, prestando, inclusive, as garantias necessárias à sua desoneração.

- 3.1.15.1. O disposto no item 3.1.14 não exime a CONTRATADA de restituir à INB o valor que lhe for imputado em condenação, proferida pelo Poder Judiciário, por Juízo Arbitral ou outras instâncias competentes, a título de obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. O referido valor será acrescido de todos os acessórios, tais como despesas processuais, honorários advocatícios, despesas extrajudiciais, correção monetária e juros.
- 3.1.16. Arcar integralmente com os custos de emissão das apólices.
- 3.1.17. Comunicar formalmente à fiscalização do contrato, a proximidade do término de vigência de cada uma das apólices expedidas no decurso deste instrumento contratual, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, em estrita consonância com o inciso III, do art. 9º, da Circular SUSEP nº 662/2022.
- 3.1.18. Tomar todas as providências necessárias relativas ao processo de indenização de eventual sinistro caracterizado, observando o prazo máximo estipulado na Circular SUSEP nº 662, de 11/04/2022, ou normativo que venha substituí-la, para o pagamento da referida indenização.
- 3.1.19. Efetuar o pagamento da respectiva indenização no prazo estabelecido pelo Juiz responsável pelo processo, em caso de sinistro, depois de recebida a intimação.
- 3.1.20. Transferir para **INB**, a qualquer tempo, as vantagens auferidas com benefícios fiscais, isenções e/ou redução dos impostos incidentes sobre os seguros contratados.
- 3.1.21. Promover alterações na apólice exclusivamente a partir de solicitação formal da fiscalização do contrato.
- 3.1.22. É vedada a emissão de endosso de atualização anual de forma automática pela **CONTRATADA**, sendo indispensável a manifestação de concordância da fiscalização do contrato preliminarmente à expedição de endossos relativos às atualizações porventura promovidas nos valores das apólices de seguro garantia em vigor determinadas pelo juízo competente.
- 3.1.23. Permanecer, durante toda a vigência do instrumento contratual, em situação regular junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), visto se tratar de exigência *sine qua non* para aceitação das garantias nos processos judiciais.
- 3.1.24. Fornecer à SUSEP quaisquer informações solicitadas, nos prazos por ela estabelecidos.
- 3.1.25. Cumprir e atender com presteza todas as exigências da fiscalização, especialmente àquelas relativas aos prazos de emissão e entrega de apólices e endossos.
- 3.1.26. Prestar pontualmente os esclarecimentos que lhe forem solicitados.
- 3.1.27. Emitir em até 48 (quarenta e oito horas) da data e horário de solicitação da fiscalização do contrato, as apólices ou endossos requeridos, de forma a permitir a apresentação tempestiva da garantia nos processos judiciais, de acordo com as determinações expedidas pelo juízo competente.
- 3.1.27.1. O prazo de emissão das apólices/endossos poderá ser inferior ao informado no subitem 3.1.26, de forma a viabilizar o atendimento ao prazo estabelecido pelo juízo competente em cada processo.
- 3.1.27.2. A dilatação ou redução do prazo para emissão das apólices/endossos estabelecida no subitem 3.1.26, a qual deverá ser objeto de comunicação formal por parte da fiscalização do contrato, não poderá



implicar, em hipótese alguma, no descumprimento da determinação judicial correspondente.

- 3.1.28. Comunicar, imediatamente, à **INB**, com a devida comprovação, qualquer evento que impossibilite o cumprimento das obrigações contratadas, prestando os esclarecimentos necessários.
- 3.1.29. Facilitar sempre a fiscalização do Contrato pela **INB**, e o acompanhamento da execução do objeto contratual pelo Fiscal do Contrato designado pela **INB** nos termos da Cláusula 13ª - Representante da INB e Fiscalização do contrato
- 3.1.30. Obter as licenças, autorizações, certidões e/ou outros instrumentos previstos na legislação, de sua responsabilidade, necessários à execução dos serviços objeto deste Contrato;
- 3.1.31. Preservar e manter a **INB** a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrente de ações de seus empregados, prepostos
- 3.1.32. Quanto à comunicação de sinistros ou eventos danosos ao meio ambiente, a terceiros ou a seus empregados, que repercutam na imagem da **INB**, oriundos das atividades objeto deste Contrato:
 - 3.1.32.1. Comunicar à **INB** em até 12 horas, as ocorrências mencionadas no item 3.1.3 deste Contrato.
 - 3.1.32.2. Apresentar à **INB**, antes de sua divulgação, qualquer comunicado a ser feito aos meios de comunicação, juntamente com a documentação pertinente, em até 24 horas contadas do evento.
 - 3.1.32.3. Caso o comunicado mencione direta ou indiretamente a **INB**, sua divulgação dependerá de prévia anuência desta.
- 3.1.33. A CONTRATADA deverá emitir e/ou disponibilização para a INB, por meio físico ou remoto, a apólice, apólice de averbação, do endosso e do certificado individual em até 15 (quinze dias) a partir da data de aceitação da proposta.
- 3.1.34. Adotar, na execução do Contrato, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços.
- 3.1.35. Manter-se, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, especialmente com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação / no processo de contratação direta que deu origem ao presente Contrato, comprovando-as sempre que solicitado pela **INB** e comunicando à **INB** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.
- 3.2. A **CONTRATADA** fica ciente que a **INB** possui Código de Ética, Conduta e Integridade próprio, cujas disposições deverão ser observadas, naquilo que for pertinente, ao longo da execução do presente Contrato, por todos os seus empregados, prepostos e/ou subcontratados, e cujo texto encontra-se disponível, na forma eletrônica, na página da **INB** na internet (www.inb.gov.br).
- 3.3. A **CONTRATADA** compromete-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos, obrigando-se a:
 - 3.3.1. Impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da **INB** na execução do objeto do presente Contrato;
 - 3.3.2. Não alocar, na execução do objeto contratual, familiares de empregado da **INB** que exerça cargo em comissão ou função de confiança, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Art. 7º do Decreto 7.203 de 2010;
- 3.4. A **CONTRATADA** declara que está ciente e cumpre integralmente, na condução de suas atividades empresariais, todas as disposições do Programa de Integridade da **INB**, bem como a



legislação anticorrupção a ela aplicável, em especial, mas sem limitar, a Lei n.º 12.846/2013 e o Decreto nº 8.420/2015, e qualquer outra legislação antissuborno ou anticorrupção aplicável à **CONTRATADA**, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da **CONTRATANTE**, abstendo-se a **CONTRATADA** de qualquer atividade que constitua uma violação a tais dispositivos.

- 3.5. Verificada uma das situações mencionadas no item 3.3 acima, compete à **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à **INB**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

Cláusula 4ª – Obrigações da INB

- 4.1. São obrigações da **INB**, além de outras constantes deste Contrato, seus Anexos ou da legislação em vigor, especialmente a Lei nº 13.303/2016:

- 4.1.1. Pagar os prêmios das apólices de seguro e respectivos endossos.
- 4.1.2. Enviar à **CONTRATADA**, sempre que demandada, todas as informações de caráter econômico-financeiro, cadastral, fiscal e trabalhista, assim como àquelas relativas ao cumprimento das obrigações garantidas
- 4.1.3. Prestar informações e esclarecimentos necessários à perfeita execução do objeto do Contrato pela **CONTRATADA**.
- 4.1.4. Notificar, por escrito, a **CONTRATADA** sobre: (i) a abertura de procedimento administrativo para apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa, e (ii) a aplicação de eventual penalidade nos termos deste Contrato.
- 4.1.5. Apresentar informações exatas à **CONTRATADA** ao solicitar a cobertura de seguro, sem quaisquer omissões sobre a obrigação passível de ser garantida.
- 4.1.6. Informar à **CONTRATADA**, sempre que solicitada, sobre qualquer alteração no seu controle acionário.
- 4.1.7. Comunicar imediatamente à **CONTRATADA** e pela via mais rápida ao seu alcance, sem prejuízo da comunicação escrita, a ocorrência de situações cobertas, nos termos do contrato de seguro, assim como sobre qualquer citação, carta ou documento que receber e que se relacione com situações cobertas pelo contrato de seguro.
- 4.1.8. Comunicar, de imediato, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) sobre quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto aos seguros contratados.
- 4.1.9. Fornecer à SUSEP quaisquer informações requeridas, nos prazos por ela estabelecidos.

Cláusula 5ª – Preços

- 5.1. O valor do prêmio será obtido a partir da aplicação da taxa percentual (%) anual, correspondente a xxxxx% sobre o LMG (importância segurada), multiplicados pelo período de vigência de cada apólice/endosso expedida no decurso do contrato, conforme demonstrado a seguir:

$$\text{Prêmio} = [\text{Taxa anual (\%)} \times \text{LMG (R\$)} \times \text{vigência (ano)}]$$

- 5.2. O percentual da taxa anual acima mencionado tem como base o mês de ____/____ e será reajustável conforme estabelecido na Cláusula 6ª – Reajuste.

Cláusula 6ª – Reajuste

- 6.1. O percentual da taxa anual ofertada será fixo e irreajustável, durante o período.
- 6.2. Para compatibilizar o valor da importância segurada (LMG) inicialmente estabelecida,



equivalente a R\$ 209.310.599,84 (duzentos e nove milhões, trezentos e dez mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), aos índices legais aplicados aos débitos nas esferas tributária/fiscal, cível, inclusive em processos de natureza ambiental, e trabalhista, assim como evitar o encolhimento do contrato e, por conseguinte, a capacidade garantidora da **INB** para fazer frente às atualizações dos valores da importância segurada determinados pelos tribunais, necessário se faz a previsão de reajuste do LMG a cada 12 (doze) meses, nos termos da legislação vigente.

- 6.3. Para fazer frente aos índices aplicáveis aos débitos judiciais, o LMG será reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA após o decurso do prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta comercial.
- 6.4. Ocorrendo a extinção, suspensão ou alteração das bases de cálculo do índice estabelecido para o reajustamento, ou ainda, em decorrência da impossibilidade de sua utilização, será adotado outro índice em substituição, a ser determinado pela legislação em vigor ou, em caso de indefinição, mediante indicação da Gerência de Acompanhamento de Contratos e Seguros - GEACS.F ou por área da estrutura organizacional eventualmente instituída para exercício desta atividade.
- 6.5. Os reajustes subsequentes somente serão processados 12 (doze) meses após o último reajuste.

Cláusula 7ª – Condições de Faturamento

- 7.1. O faturamento será efetuado após a conclusão dos seguintes eventos de faturamento:
 - 7.1.1. Emissão das apólices ou endossos devidamente requeridos e atestados pela fiscalização do contrato.
- 7.2. Os documentos de cobrança não terão validade se emitidos antes da ocorrência dos eventos que autorizam o seu faturamento.
- 7.3. A emissão dos documentos de cobrança deverá obedecer à legislação aplicável
- 7.4. Caso os documentos emitidos não atendam às legislações específicas, o pagamento ficará suspenso até que seja regularizada a situação.
- 7.5. Os dados para a emissão dos documentos de cobrança são os seguintes:

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB
Avenida Rio Branco, nº 1 – sala 1901 – Centro
Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.090-003
CNPJ: 00.322.818/000120

Cláusula 8ª – Condições de Pagamento do Prêmio

- 8.1. O pagamento do prêmio será efetuado em parcela única em até 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento do documento de cobrança, acompanhado da apólice de seguro garantia ou do endosso, os quais serão conferidos pela fiscalização do contrato, visando a plena satisfação das condições estabelecidas no instrumento contratual e processo judicial correspondentes.
- 8.2. Em caso de erro na documentação apresentada, a **CONTRATADA** será notificada pela fiscalização e o prêmio somente será pago após a apresentação da apólice/endosso devidamente corrigida e novamente validada pela **INB**.
- 8.3. Caso as partes não concordem com eventual prorrogação contratual, tal situação não desobriga a **INB** a realizar o pagamento das parcelas de prêmio de apólices/endossos já emitidas e vigentes.
- 8.4. O pagamento será efetuado pela **INB** através de boleto bancário ou ordem de crédito diretamente na conta corrente da **CONTRATADA** e estará sujeito às retenções tributárias nos termos da legislação em vigor e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.
- 8.5. Caso, por razões que não possam ser imputadas à **CONTRATADA**, a **INB** não cumpra o prazo



estabelecido no item 8.1 acima, para pagamento das respectivas faturas, a mesma utilizará como critério de Atualização Financeira a variação da TR (Taxa Referencial) “pro-rata-die”, apurados desde a data do seu inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

- 8.6. Conforme determina o artigo 34 da Lei nº 10.833/03 (ou a legislação vigente à época), os documentos de cobrança emitidos por pessoas jurídicas e empresas não enquadradas no SIMPLES sofrerão retenção relativa à antecipação de valores devidos a título de Imposto de Renda, CSSL, COFINS e PIS, com percentuais estabelecidos de acordo com a natureza da operação, que serão recolhidos ao Tesouro Nacional pela **INB**, no prazo previsto na legislação vigente.

8.6.1. Para fins do cumprimento do Art.34 da Lei 10.833/2003 e Art.2º, §6 da IN RFB 1234/2012, a **CONTRATADA** deverá informar nos documentos fiscais e/ou de cobrança, o valor do IR e das contribuições sociais a serem retidos na operação. Caso a **CONTRATADA** se enquadre nas hipóteses de não retenção previstas no Art.4º da IN RFB 1234/2012, será obrigatório o envio das declarações citadas no Art.6º da IN RFB 1234/2012.

- 8.7. A **INB**, após o contraditório e a ampla defesa da **CONTRATADA**, poderá deduzir do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

Cláusula 9ª – Alterações Contratuais

- 9.1. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as Partes, mediante a celebração de Aditamento, fundamentadamente, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar, nas hipóteses previstas nos artigos 72 e 81 da Lei nº 13.303/16.

9.1.1. Em qualquer hipótese não poderá haver modificação da essência do objeto do Contrato.

Cláusula 10ª – Sanções

- 10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, de acordo com a gravidade do ato praticado, a **INB** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência, cabível sempre que o ato praticado ou omissão não tenha acarretado danos à **INB**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não seja justificada a imposição de penalidade mais gravosa;

10.1.2. Multa, cabível na forma do item 10.2;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **INB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sempre que a ação ou omissão da **CONTRATADA** tenha potencialidade de causar ou tenha causado danos à **INB**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não seja justificada a imposição de penalidade menos gravosa.

- 10.2. Caso a **CONTRATADA** descumpra o estabelecido neste Contrato, especialmente as condições previstas no Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, ficará sujeita à multa de 0,15% (quinze centésimos por cento) do valor total atualizado do Contrato, por dia e por evento, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total atualizado do Contrato, inclusive aditamentos.

- 10.3. A **CONTRATADA** será notificada da aplicação da multa, a qual será descontada do(s) pagamento(s) a ser(em) efetuado(s) à **CONTRATADA**.

10.3.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação formal a ser realizada pela **INB**, reservando-se a **INB** o direito de realizar a cobrança judicial.

- 10.4. Independentemente da aplicação da multa, a **CONTRATADA** permanecerá responsável por danos causados diretamente a terceiros ou à **INB**, independentemente da comprovação de culpa ou dolo, na execução dos serviços. .



- 10.5. A multa prevista no item 10.2 não impede que a **INB** rescinda o Contrato e aplique outras sanções previstas neste Contrato.
- 10.6. As sanções previstas nos itens 10.1.1 e 10.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do item 10.1.2, devendo a defesa prévia da **CONTRATADA**, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 10.7. No caso de atos lesivos à Administração Pública observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.
- 10.8. Na rescisão contratual por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, será aplicada multa nos termos do item 16.4 deste Contrato.

Cláusula 11ª – Caso Fortuito e/ou Força Maior

- 11.1. As Partes não responderão pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil.
- 11.2. Nos casos fortuitos ou de força maior que afetem o cumprimento de qualquer obrigação contratual, a Parte afetada deverá comunicar a ocorrência à outra Parte, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas contados da identificação do evento causador, submetendo relatório sobre a ocorrência do evento, com as necessárias provas e medidas a serem tomadas para apreciação da outra Parte.
- 11.3. O período de interrupção da execução contratual decorrente de evento(s) caracterizado(s) como caso fortuito ou força maior desde que verificado(s) e aceito(s) pela **INB**, poderá acarretar a suspensão da contagem do prazo contratual.
- 11.4. Durante o período em que verificado o evento caracterizador de caso fortuito ou força maior, as Partes suportarão as suas respectivas perdas.

Cláusula 12ª – Representante da Contratada

- 12.1. A **CONTRATADA** deverá designar, por escrito, um representante perante a **INB**, responsável pela execução do objeto deste Contrato.
- 12.2. Este representante deverá ter plenos poderes para resolver as questões concernentes à execução do objeto deste Contrato.
- 12.3. O representante da **CONTRATADA** terá como substituto em seus impedimentos ocasionais, um dos seus auxiliares diretos, igualmente credenciado perante a **INB**, por escrito. Este substituto deverá ter autonomia, concedida pela **CONTRATADA**, no mesmo nível do representante titular durante sua ausência.

Cláusula 13ª – Representante da INB e Fiscalização do Contrato

- 13.1. A **INB** deverá designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato, denominado Fiscal do Contrato.
- 13.2. O representante da **INB** terá substituto, igualmente credenciado, para atuar em eventuais impedimentos do titular, sendo os mesmos, em conjunto com a unidade administrativa da **INB** responsável pela gestão de Contratos, os únicos autorizados a emitir instruções no âmbito deste Contrato, não se responsabilizando a **INB**, por qualquer ordem e/ou instruções emitidas por outra pessoa, que não designada na forma desta Cláusula.
- 13.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

Cláusula 14ª – Subcontratação, Cessão, Transferência a Terceiros e Dação em Garantia

- 14.1. A **CONTRATADA**, em nenhuma hipótese, poderá subcontratar, ceder e/ou transferir a terceiros este Contrato ou quaisquer de seus direitos e/ou obrigações nele previsto.



- 14.2. Não será considerada como subcontratação do objeto as operações de resseguro porventura efetuadas pela **CONTRATADA**.
- 14.3. A eventual contratação de reguladores de sinistros, inspetores, advogados, peritos, entre outros profissionais, não configura, em nenhuma hipótese, subcontratação do objeto, podendo a **CONTRATADA** fazer uso desses serviços, a seu exclusivo critério, para atender sua demanda operacional e atender às disposições contratuais.
- 14.4. A **CONTRATADA** não poderá ainda se valer deste Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de créditos, a serem auferidos em função da execução do fornecimento, em quaisquer operações de desconto bancário, a não ser que expressa e previamente autorizada pela INB.

Cláusula 15ª – Inadimplemento da Contratada

- 15.1. A **CONTRATADA** será considerada inadimplente, independentemente de interpelação judicial, nas seguintes hipóteses:
 - 15.1.1. Inobservância das especificações previstas no Termo de Referência - Anexo I deste Contrato, ou recomendações técnicas e/ou administrativas da **INB**;
 - 15.1.2. Não cumprimento, total ou parcial, de cláusulas contratuais, especificações, condições ou prazos, pela **CONTRATADA**;
 - 15.1.3. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, pela **CONTRATADA**;
 - 15.1.4. Subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a execução do Contrato;
 - 15.1.5. Não atendimento das determinações regulares do fiscal da **INB** designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como as de seus superiores;

Cláusula 16ª – Rescisão

- 16.1. Sem prejuízo da aplicação de sanções previstas neste Contrato, a **INB** poderá rescindir o presente Contrato, mediante notificação judicial ou extrajudicial, em caso de inadimplemento da **CONTRATADA**, conforme previsto na Cláusula 15ª – Inadimplemento da Contratada, bem como nos seguintes casos:
 - 16.1.1. A decretação da falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;
 - 16.1.2. Homologação de plano de recuperação extrajudicial ou deferimento de recuperação judicial da **CONTRATADA**, se esta não prestar garantia suficiente para o cumprimento das obrigações contratuais, a critério da **INB**;
 - 16.1.3. Dissolução da sociedade ou a falência da **CONTRATADA**;
 - 16.1.4. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do Contrato;
 - 16.1.5. Na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei 12.846/2013, cometido pela **CONTRATADA** em processo de contratação ou por ocasião da execução do Contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na referida lei.
 - 16.1.6. Razões de interesse da **INB**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas em processo administrativo.
 - 16.1.7. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente demonstrada, impeditiva da execução do Contrato;
 - 16.1.8. Descumprimento pela **CONTRATADA** de disposição do Programa de Integridade da **INB**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no referido programa.
- 16.2. A **CONTRATADA** poderá rescindir o presente Contrato, mediante notificação judicial ou



extrajudicial nos seguintes casos:

- 16.2.1. Não cumprimento, total ou parcial, de cláusulas contratuais, pela **INB**, ressalvado o disposto no item 16.2.2;
- 16.2.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **INB**, decorrentes da execução do objeto, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra ou outros comprovados casos fortuitos ou de força maior, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, na forma da Cláusula 11ª - Caso Fortuito e/ou Força Maior deste Contrato.
- 16.2.3. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- 16.3. A rescisão unilateral do Contrato deverá ser formalmente motivada e precedida de notificação da intenção de rescindir à outra Parte, para o exercício do contraditório e da ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.
- 16.4. Em caso de rescisão do Contrato pela **INB** por inadimplemento da **CONTRATADA**, ficará a **CONTRATADA** obrigada ao pagamento de quantia equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado deste Contrato, independentemente dos pagamentos de multas moratórias eventualmente já efetuados, descontados ou devidos.
- 16.5. A rescisão pela **INB** fundamentada em inadimplemento da **CONTRATADA** ou nos subitens 16.1.1 a 16.1.5 acarretará a(s) seguinte(s) consequência(s) imediata(s) para fins indenizatórios:
 - 16.5.1. Retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à **INB**.
- 16.6. Quando a rescisão ocorrer por motivo não imputável à **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda, direito:
 - 16.6.1. Aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão.
- 16.7. Na hipótese do item 16.6, nenhuma outra indenização será devida pela **INB** à **CONTRATADA** em virtude da rescisão.
- 16.8. No caso de rescisão do Contrato, ficará a **INB** obrigada exclusivamente ao pagamento das apólices e endossos já emitidos e não faturados.
- 16.9. O presente Contrato também poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou por determinação judicial.

Cláusula 17ª – Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

- 17.1. A **INB** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas neste Contrato, respeitando-se o seguinte:
 - 17.1.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da **INB** ou mediante solicitação da **CONTRATADA**. Neste último caso, a **CONTRATADA** deverá formular à **INB** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
 - 17.1.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, , alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido da revisão;
 - 17.1.3. Com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o



quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

Cláusula 18ª – Responsabilidade das Partes

- 18.1. A **CONTRATADA** será responsável pelo correto comportamento e eficiência do pessoal sob sua direção, podendo a **INB** exigir a substituição de qualquer empregado cuja permanência na execução do objeto deste Contrato seja considerada contrária aos seus interesses.
- 18.2. Fica acordado entre as Partes que, na incidência de dano direto apontado, causado pela **CONTRATADA** à **INB** ou a terceiros, a **CONTRATADA** se compromete a indenizar à **INB** pelo valor do dano direto causado até o limite do valor total do contrato atualizado.
- 18.2.1. A indenização prevista no item acima não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** por eventual indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que a **CONTRATADA** e/ou seus prepostos, empregados e subcontratados causarem à **INB**, na forma do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

Cláusula 19ª – Proteção de Dados Pessoais

- 19.1. A **CONTRATADA** dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula no tocante à Política de Privacidade de Dados da **INB**, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e ao tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
- 19.2. Em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de proteção de Dados – LGPD, no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do Contrato celebrado, as Partes devem observar o regime legal da proteção de dados pessoais, comprometendo-se a proteger e tratar os dados celebrados estrita e necessariamente para a execução do CONTRATO.
- 19.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão as contratações, e para utilização de acordo com propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados de forma clara ao titular.
- 19.4. As coletas de dados pessoais indispensáveis à execução do contrato serão realizadas mediante prévia e específica aprovação ou explicitadas de forma destacada em contrato pela **INB**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares de acordo com os preceitos da LGPD, salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução específica do objeto do contrato.
- 19.4.1. Eventualmente, as partes podem ajustar que a **INB** será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes expressas no item 19.4.
- 19.4.2. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em local seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.
- 19.5. As Partes são solidariamente responsáveis por eventuais incidentes de segurança de informação, nos termos da Legislação vigente, mas a **INB** garante, no âmbito deste CONTRATO, o seu direito de regresso contra a **CONTRATADA**, caso fique comprovado não ter sido ela a dar causa ao evento.
- 19.6. Quaisquer incidentes de segurança, que exponham ou tenham o potencial de expor o ambiente onde se encontram hospedados dados pessoais deverão ser imediatamente comunicados pela **CONTRATADA** à **INB**, mesmo que se trate de meros indícios, guardando todos os registros



(inclusive logs, metadados e outras evidências dos incidentes) e informando as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, bem como prestando toda a colaboração e fornecendo toda a documentação necessária a qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

- 19.7. A **CONTRATADA** não fornecerá, transferirá ou disponibilizará dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas e/ou previstas em contrato, por obrigação legal ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando a **INB** dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a **CONTRATADA** estará dispensada da comunicação à **INB**.
- 19.8. As Partes obrigam-se ainda:
- 19.8.1. Tratar e usar os dados pessoais coletados para os fins a que se destinam mantendo-os registrados, organizados e conservados.
 - 19.8.2. Realizar o compartilhamento dos dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento inequívoco, ou nas situações legalmente previstas.
 - 19.8.3. Tratar os dados de modo compatível com as finalidades para as quais tenham sido coletados e pelo mínimo de pessoas possível, devendo ser as mesmas identificáveis de plano.
 - 19.8.4. Conservar os dados apenas durante o período necessário à execução das finalidades contratuais ou pelo prazo necessário ao cumprimento de eventual obrigação legal, garantindo a sua efetiva confidencialidade.
 - 19.8.5. Implementar medidas técnicas e administrativa necessárias para proteger os dados contra alteração, perda, ou ainda difusão, acesso ou destruição – acidental ou intencionalmente – não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.
 - 19.8.6. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados, dos respectivos direitos de informação, acesso, revogação, oposição, portabilidade e demais direitos oriundos da LGPD.
 - 19.8.7. Assegurar que todas as pessoas que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumpram as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.
 - 19.8.8. Informar à **INB** todas as solicitações relacionadas aos dados pessoais que receber diretamente do titular dos dados em razão do presente Contrato.
 - 19.8.9. Cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no presente Contrato imediatamente após findos os seus efeitos e obrigações, a critério exclusivo da **INB**, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido.
 - 19.8.10. Permitir e adotar meios para que a **INB** verifique a conformidade das práticas adotadas referente à proteção de dados pessoais, comprometendo-se a cooperar na hipótese de necessidade de realização do relatório de impacto de proteção de dados pessoais.

Cláusula 20ª – Prazo de Vigência do Contrato

- 20.1. O presente Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com término ao final do prazo previsto no item 20.2. O término da vigência não suspende quaisquer obrigações que a **CONTRATADA** venha a apresentar pendentes até esta data.
- 20.2. O prazo de execução do objeto deste Contrato será de 01 (um) ano, contado da data de



assinatura do Contrato.

- 20.2.1. Caso haja interesse da **INB**, o Contrato poderá ser prorrogado por mais 04 (quatro) períodos de 01 (um) ano cada, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016.
- 20.2.2. Neste caso a **CONTRATADA** será notificada com antecedência de 150 (cento e cinquenta) dias do término do respectivo período.
- 20.2.3. Independentemente da notificação, caso a **CONTRATADA** não tenha interesse em prorrogar o prazo previsto no item 20.2.1, tal fato deverá ser comunicado à **INB** com antecedência de 120 (cento e vinte) dias do término do prazo do Contrato.
- 20.3. Ao prazo mencionado no item 20.2, serão acrescentados os dias de atraso decorrentes de caso fortuito ou força maior, na forma do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, conforme Cláusula 11ª – Caso Fortuito e/ou Força Maior.
- 20.4. Excepcionalmente, o prazo estabelecido no item 20.2 poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do objeto contratual, desde que a prorrogação decorra de fato não imputável à **CONTRATADA**, devidamente comprovado em processo administrativo e assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Cláusula 21ª – Tributos

- 21.1. Os tributos de qualquer natureza, que sejam devidos em decorrência direta do objeto deste Contrato são de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso, não cabendo qualquer reivindicação fundada em erro na sua avaliação.
- 21.2. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta deste instrumento contratual aqueles cujo ônus econômico deve ser suportado pela **CONTRATADA**, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamentos, dentre outros.
- 21.3. A **CONTRATADA** declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre o serviço, não cabendo qualquer reivindicação fundada em erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.
- 21.4. A **CONTRATADA** se compromete a reduzir imediatamente o preço contratual em virtude do acréscimo indevido de valores correspondentes a tributos de qualquer natureza, o que abarca os valores decorrentes de classificação inadequada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), do não aproveitamento de benefícios fiscais, da não realização de deduções ou do aproveitamento de créditos autorizados por lei, com a consequente restituição ou compensação à **INB** dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**, atualizados exclusivamente com base na Taxa SELIC, considerando o período compreendido entre o dia do pagamento efetuado à **CONTRATADA** e o dia anterior ao da restituição ou compensação de que trata esta Cláusula.
- 21.5. A **INB**, quando fonte retentora, descontará e recolherá dos pagamentos que efetuar, nos prazos da legislação, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente, não tendo a **CONTRATADA** direito à majoração da base de cálculo nem à revisão de preço.
 - 21.5.1. A **CONTRATADA** fornecerá previamente todos os documentos necessários para a eventual redução ou eliminação da retenção a ser efetuada pela **INB**, sem necessidade de notificação ou aviso prévio.
- 21.6. Se durante o prazo de vigência do Contrato ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da **CONTRATADA**, o preço será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.
 - 21.6.1. A revisão prevista no item 21.6, para majorar o preço contratual, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de: (i) decisão da **CONTRATADA**, tais como a modificação do estabelecimento do fornecedor, a adesão ou exclusão a



sistema simplificado de tributação, entre outros, ou (ii) ainda de mera circunstância econômica, como o enquadramento em nível de tributação superior em função do crescimento da receita, já existente quando da apresentação da proposta.

- 21.6.2. A **CONTRATADA** disponibilizará todos os documentos necessários para evitar os ônus decorrentes da responsabilidade solidária da **INB**, prevista em lei, inclusive os relativos aos seus subfornecedores e subcontratadas, sem necessidade de notificação ou aviso prévio, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos tributos em relação aos quais se aplicam a responsabilidade solidária prevista na legislação.
- 21.7. O preço será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que componha o preço contratual deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado de Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

Cláusula 22ª – Novação

- 22.1. O não exercício, pela **INB**, de qualquer de seus direitos contratuais ou legais representará ato de mera tolerância e não implicará em novação quanto aos seus termos, nem em renúncia ou desistência dos referidos direitos, os quais poderão ser por ela exercidos a qualquer tempo.

Cláusula 23ª – Anticorrupção

- 23.1. Na execução do presente Contrato é vedado às Indústrias Nucleares do Brasil S.A.- **INB** e à **CONTRATADA**, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem ser que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

Cláusula 24ª – Valor do Contrato

- 24.1. O presente Contrato tem seu valor global, para todos os efeitos legais e contratuais, em R\$ [_____] (_____), base ____/____.

Cláusula 25ª – Foro

- 25.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam as Partes o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Rio de Janeiro,

INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB



CONTRATADA



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Contratação de entidade seguradora para emissão de apólices de seguro garantia judicial destinadas a garantir valores passíveis de serem depositados ou substituir aqueles efetivamente depositados em processos judiciais nos quais a INB figure na lide.

2. DEFINIÇÕES

- 2.1 Apólice: documento emitido pela seguradora e que representa formalmente o contrato de seguro garantia.
- 2.2 Endosso: instrumento formal que introduz modificações na apólice de seguro garantia, expedida por solicitação da INB e com anuência expressa das partes, de forma a atender as determinações expedidas pelo Poder Judiciário.
- 2.3 Cosseguero: Divisão de um risco segurado entre várias Seguradoras, cada uma das quais se responsabiliza por uma quota-parte determinada do valor total do seguro.
- 2.4 Indenização: pagamento, por parte da seguradora, das obrigações cobertas pelo seguro a partir da caracterização do sinistro.
- 2.5 Prêmio: importância devida pela INB à seguradora em função da cobertura securitária.
- 2.6 Resseguro: operação de transferência de riscos da seguradora, com vistas a sua própria proteção, para um ou mais resseguradores.
- 2.7 Segurado: o reclamante ou o exequente nas ações.
- 2.8 Seguradora: a sociedade seguradora garantidora, nos termos da apólice, responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas pela INB perante os órgãos integrantes do Poder Judiciário.
- 2.9 Sinistro: o inadimplemento das obrigações da INB cobertas pelo seguro ou a determinação judicial para recolhimento dos valores correspondentes à apólice.
- 2.10 Tomador: devedor das obrigações que deve prestar garantia no processo judicial, neste caso, a INB.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1 Seguro garantia judicial
 - 3.1.1 O seguro garantia judicial é regulamentado pela Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022 e passível de ser empregado em processos judiciais para assegurar o recebimento por parte do vencedor e garantir as obrigações pecuniárias assumidas pela INB (tomador) determinadas pelo juízo, devendo ser obedecidas e observadas as disposições do supramencionado normativo no decurso da vigência contratual.
 - 3.1.2 A contratação visa a substituição dos depósitos judiciais em espécie, determinados pelo Judiciário, por apólices de seguro garantia judicial, garantindo ao Juízo da respectiva Vara em que a ação está ou será ajuizada (segurado) o pagamento dos valores máximos dispostos nas apólices.
- 3.2 Cobertura
 - 3.2.1 Pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que a INB necessite realizar no trâmite de processos judiciais, **inclusive nos processos de execuções fiscais**. Essa modalidade de seguro também será empregada para



- ações em andamento, como forma de substituir outros tipos de garantia que já tenham sido apresentadas pela INB no decurso processual.
- 3.2.2 As apólices destinadas às execuções trabalhistas deverão seguir as condições dispostas no Ato Conjunto TST.CSJT.CSJT nº 1 de 16 de outubro de 2019 e suas atualizações, inclusive no que concerne à vigência mínima.
- 3.2.3 **Estará abrangida no escopo da contratação, a emissão de apólices na modalidade “execução fiscal” para apresentação em processos ambientais de natureza civil, para discussão de eventuais débitos de “caráter fiscal”, uma vez que tais processos decorrem, majoritariamente, da lavratura de autos de infração pelo poder público e cuja cobrança ocorre por meio de execução fiscal.**
- 3.2.3.1 Nestas situações deverão ser observadas, inclusive, as normas editadas pela Procuradoria Geral Federal (PGF) concernentes à aceitação de garantias, especialmente as Portarias PGF 440/2015 e 41/2022, ou normativos que porventura venham a substituí-las.
- 3.2.4 Ramo da apólice de Seguro Garantia: 0775 – Seguro Garantia, Segurado: Setor Público.
- 3.2.5 **Não está abrangido no escopo da contratação o seguro garantia para substituição dos depósitos recursais que trata o art. 40 da Lei n.º 8.177/1991, com redação dada pelo art. 8º da Lei n.º 8.542/1992, tampouco os depósitos de que tratam o § 5º, inciso I, do art. 897 e o § 7º do art. 899, ambos da CLT, com a redação dada pela Lei n.º 12.275, de 29/6/2010, tampouco a emissão de apólices para garantia de Termos de Ajuste de Conduta (TAC) porventura celebrados no âmbito dos processos judiciais.**
- 3.3 Abrangência de cobertura
- 3.3.1 O seguro terá abrangência nacional.
- 3.4 Limite Máximo de Garantia (LMG)
- 3.4.1 O LMG (importância segurada) será de até R\$ 209.310.599,84 (duzentos e nove milhões trezentos e dez mil quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).
- 3.4.1.1 O LMG é estimado e, por esta razão, inexistem quaisquer garantias de utilização (consumo) desse valor no decurso da vigência contratual, tendo este sido estabelecido a partir das provisões constantes das demonstrações financeiras da INB no primeiro trimestre de 2023 e dos valores efetivamente depositados em ações trabalhistas e cíveis em curso.
- 3.4.2 A INB poderá solicitar no decurso da vigência contratual a emissão de quantidade ilimitada de apólices e endossos para serem empregados em novos processos judiciais e para ações em andamento, como forma de substituir outros tipos de garantia que já tenham sido apresentados, limitadas ao valor da importância segurada (LMG), **com exceção dos processos ambientais e fiscais/tributários cuja tramitação tenha se iniciado em data pretérita à formalização do instrumento contratual decorrente da presente licitação, para os quais não serão requeridas quaisquer substituições de garantias porventura já apresentadas em juízo, mas tão somente para eventuais ações judiciais impetradas a partir da data de formalização da avença pelas partes.**
- 3.5 Franquia e participações obrigatórias



- 3.5.1 Não existirão franquias do valor segurado, tampouco participações do segurado.
- 3.6 Prazo de carência
 - 3.6.1 Sem carência.
- 3.7 Vigência da Apólice
 - 3.7.1 A vigência das apólices será definida pelo juízo competente, podendo ser renovada no decurso da execução do instrumento contratual correspondente, respeitando a necessidade e utilização destas nos respectivos processos judiciais.
 - 3.7.1.1 Para apólices destinadas a cobrir processos trabalhistas, a vigência deverá ser definida como base nos termos do Ato Conjunto TST.CSJT.CSJT nº 1 de 16 de outubro de 2019 e suas atualizações.
 - 3.7.2 Não obstante as disposições consignadas no subitem 3.7.1, o prazo de vigência das apólices deverá se coadunar com as determinações do juízo competente.
- 3.8 Prêmio
 - 3.8.1 O valor do prêmio será obtido a partir da **aplicação da taxa percentual (%) sobre o LMG (importância segurada), multiplicados pelo período de vigência de cada apólice/endosso expedida no decurso do contrato,** conforme demonstrado a seguir.

$$\text{Prêmio} = [\text{Taxa (\%)} \times \text{LMG (R\$)} \times \text{vigência (ano)}]$$

- 3.9 Concorrência de apólices
 - 3.9.1 É vedada a utilização de mais de um seguro garantia para cobrir a mesma obrigação do objeto principal, salvo no caso de apólices complementares.
- 3.10 Informações complementares
 - 3.10.1 A INB não é isenta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), devendo ser considerado na proposta ofertada pela entidade seguradora a alíquota de 7,38% (atualmente em vigor).
 - 3.10.2 Os pagamentos dos prêmios estarão sujeitos à retenção dos tributos e contribuições federais (IR, CSSL, COFINS e PIS), nos termos da Lei nº 10.833/03, cuja a alíquota corresponde, no presente momento, à 7,05%.
 - 3.10.3 A INB está ciente de que a negativa de qualquer evento (cobertura) não prevista nas condições/clausulado do edital, do instrumento contratual, do termo de referência, nos demais documentos da licitação, nas apólices e respectivos endossos não configurarão, em princípio, no descumprimento de obrigações contratuais pela entidade seguradora.
 - 3.10.4 A INB declara expressamente a concordância no compartilhamento de informações pela entidade seguradora à terceiros considerados absolutamente indispensáveis ao adimplemento das disposições contratuais, tais como o órgão regulador (SUSEP), resseguradores e cosseguradores, agentes responsáveis pela regulação de sinistro, entre outros.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1 Critério de julgamento de menor preço: obtido a partir da oferta do menor valor de prêmio global.
- 4.2 A menor taxa anual será aplicada sobre a importância segurada (LMG), equivalente a R\$ 209.310.599,84 (duzentos e nove milhões trezentos e dez mil quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos).



- 4.3 A partir da definição do valor do prêmio, sendo este a proposta de preço total com todos os custos e impostos incluídos pela entidade seguradora vencedora, será possível calcular o valor da taxa com quatro casa decimais arredondado para baixo, com base no modelo constante do Anexo IV.

5. LIQUIDAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS

- 5.1 A liquidação de qualquer ocorrência coberta pelo contrato de seguro processar-se-á segundo as seguintes regras:
- 5.1.1 Em caso de ocorrência de situações elencadas no subitem 3.2, uma vez caracterizado o sinistro, a seguradora deverá efetuar o pagamento da respectiva indenização no prazo definido pelo Juízo responsável pela respectiva ação;
- 5.1.2 A seguradora indenizará o montante determinado na respectiva ação judicial, observando o limite de responsabilidade definido na contratação.

6. CANCELAMENTO DA APÓLICE

- 6.1 A apólice de seguro somente poderá ser cancelada ou rescindida, total ou parcialmente, excetuados os casos previstos em lei, conforme os itens apresentados a seguir.
- 6.1.1 Quando o tomador, segurado e a seguradora assim o acordarem
- 6.1.2 Quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice
- 6.1.3 Quando a obrigação garantida for extinta; ou
- 6.2 No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as da Circular Susep nº 662, de 11/04/2022.

7. COSSEGURO

- 7.1 A operação de cosseguro será permitida, desde que atendidas as disposições da Resolução CNSP nº 451/2022, suas atualizações e demais normativos porventura aplicáveis à matéria.
- 7.2 Nas operações de cosseguro não existirá responsabilidade solidária entre as companhias seguradoras, tampouco será permitida operação de cosseguro com participação de seguradora sem assunção de responsabilidade.
- 7.3 O contrato/apólice de cosseguro deverá conter, além de outra definidas na legislação, informação específica dispondo sobre:
- 7.3.1 Nome e CNPJ das sociedades seguradoras, além dos respectivos limites de responsabilidade máxima assumida.
- 7.3.2 A seguradora líder e suas atribuições; e.
- 7.3.3 A inexistência de responsabilidade solidária entre as sociedades seguradoras.
- 7.4 O pagamento do valor da indenização, no caso de cosseguro, deverá ser integralmente efetuado pela seguradora líder, independentemente da parte devida pelas outras entidades integrantes do cosseguro.
- 7.5 A empresa líder do cosseguro será responsável por todo o contato técnico e administrativo perante a INB, em especial quanto à emissão da apólice de seguros e regulação e liquidação de sinistros.
- 7.6 Caso a opção seja pelo cosseguro, todas as entidades participantes deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital de licitação

8. HISTÓRICO DE SINISTRALIDADE



- 8.1 Por se tratar da primeira contratação desta modalidade de seguro, inexistente histórico de sinistros.

9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 9.1 Objetivando fornecer os subsídios necessários para avaliação e subscrição dos riscos por parte das entidades seguradoras participantes do processo licitatório, disponibilizamos as informações acerca das demonstrações financeiras, resultados, composição acionária e regulamentação estatutária, governança, riscos, conformidade, editais e atas da Assembleia Geral, entre outras, as quais podem ser acessadas pelos links a seguir:
- 9.1.1 Relatório Anual da Administração, Relato Integrado e Demonstrações Financeiras: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Informacoes-Financeiras/Relatorio-Anual-da-Administracao-Relato-Integrado-e-Demonstracoes-Financeiras>.
- 9.1.2 Release Resultados: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Informacoes-Financeiras/Release-Resultados>.
- 9.1.3 Demonstrações Financeiras Trimestrais: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Informacoes-Financeiras/Demonstracoes-Financeiras-Trimestrais>.
- 9.1.4 Balanços: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Publicacoes/Balancos>.
- 9.1.5 Editais e Atas da Assembleia Geral: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Publicacoes/Editais-e-Atas-de-Assembleia-Geral>.
- 9.1.6 Atas do Comitê de Auditoria Estatutário: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Publicacoes/Atas-do-Comite-de-Auditoria-Estatutaria>.
- 9.1.7 Atas do Conselho Fiscal: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Publicacoes/Atas-do-Conselho-Fiscal>.
- 9.1.8 Atas do Conselho de Administração: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Publicacoes/Atas-do-Conselho-de-Administracao>.



- 9.1.9 Políticas Estratégicas: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Governanca-Corporativa/Políticas-Estrategicas>.
- 9.1.10 Código de Ética, Conduta e Integridade: https://www.inb.gov.br/Portals/0/DocumentosOficiais/codigo_etica.pdf?ver=2022-07-01-151836-337.
- 9.1.11 Regimentos Internos: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Governanca-Corporativa/Regimentos>.
- 9.1.12 Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Governanca-Corporativa/Carta-Anual-de-Políticas-Publicas-e-Governanca-Corporativa>.
- 9.1.13 Comunicados e avisos aos acionistas: <https://www.inb.gov.br/Relacoes-com-Acionistas/Informacoes-aos-Acionistas/Comunicados-e-Atas/Comunicados-e-Avisos-aos-Acionistas>.
- 9.1.14 Estatuto social: https://www.inb.gov.br/Portals/0/DocumentosOficiais/estatuto_social.pdf?ver=2022-06-08-123157-123.

10. CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

- 10.1 As partes assinarão o contrato de contragarantia conforme modelo disponibilizado no Apêndice A do presente termo de referência.
- 10.2 Será assinado um único contrato de contragarantia entre as partes e se aplicará a todas as apólices e endossos expedidos no decurso da vigência do instrumento contratual.

11. RELAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS

- 11.1 As tabelas constantes do Apêndice B contemplam as ações em curso de natureza trabalhista e cível, o número dos respectivos processos e valores das garantias apresentadas pela INB.
- 11.2 É importante ressaltar em complemento, que não foram consideradas nas tabelas integrantes do Apêndice B as ações tributárias/fiscais e ambientais, uma vez que não será requerida a substituição das garantias ofertadas em processos dessas naturezas instaurados em data pretérita à formalização do instrumento contratual decorrente da presente licitação.



APÊNDICE A

MODELO DE CONTRATO DE CONTRAGARANTIA PARA SEGURO GARANTIA JUDICIAL

I- PARTES CONTRATANTES

....., com sede à, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por....., CPF..... e por....., CPF....., doravante denominada **SEGURADORA**, e, de outro lado, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, inscrita no CNPJ sob o número 00.322.818/0001-20, doravante denominado **TOMADOR**, assim designado, qualificado e firmado ao final deste **CONTRATO**, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social.

II - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

Pelo presente **CONTRATO** e na melhor forma de direito, a **SEGURADORA** e o **TOMADOR** tendo em vista os termos pactuados no Contrato nº, acordam o disposto pelas cláusulas a seguir estabelecidas, que mutuamente aceitam e pelas quais se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A **SEGURADORA** garantirá as obrigações do **TOMADOR** perante o **SEGURADO** em processos judiciais, conforme disposto no instrumento contratual anteriormente citado, onde serão estabelecidas finalidades, valores, prazos e demais condições da cobertura de seguro, de acordo com a obrigação garantida.

Parágrafo Primeiro - A vigência do presente instrumento se encerrará com o cumprimento de todos os compromissos do **TOMADOR** perante a **SEGURADORA** e o **SEGURADO**, desde que transcorridos 60 (sessenta) dias contados do final da vigência da apólice e/ou endossos, e desde que não haja registro na **SEGURADORA** de avisos de sinistros ou pleitos no Judiciário para este fim.

CLÁUSULA SEGUNDA

O **TOMADOR** declara conhecer a extensão e a modalidade das apólices porventura emitidas segundo os termos do Contrato nº, estando de pleno acordo que a **SEGURADORA** a preste e a cumpra, tal como nela se contém, independentemente de prévia anuência ou interferência dele, **TOMADOR**, ou de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único - Fica ressalvado que a **SEGURADORA** não responderá quando o descumprimento decorra de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) casos fortuitos ou de força maior;
- b) descumprimento das obrigações do **TOMADOR** decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do **SEGURADO**;
- c) modificação acordada entre **SEGURADO** e **TOMADOR** que se relacione ao objeto das apólices, sem prévia concordância da **SEGURADORA**;
- d) atos ilícitos dolosos praticados pelo **SEGURADO** ou por seu representante legal.

CLÁUSULA TERCEIRA



O **TOMADOR** se obriga a efetuar pagamento do prêmio à **SEGURADORA**, conforme estabelecido nas apólices, bem como o cumprimento dos prazos previstos no Contrato nº

Caberá devolução proporcional do prêmio pago em caso de cancelamento da apólice, na forma nela prevista, exceto nas seguintes hipóteses:

- a) cancelamento de apólice(s) e/ou endosso(s) emitido(s) na modalidade judicial depósito recursal, independentemente do motivo;
- b) extinção da garantia pelo término de sua vigência; ou
- c) extinção da garantia pelo pagamento da indenização securitária.

CLÁUSULA QUARTA

Além do disposto na Cláusula Terceira, acima, o **TOMADOR** se obriga a:

1. enviar à **SEGURADORA**, quando solicitado, informações de caráter econômico-financeiro, cadastral, fiscal e trabalhista, que a habilitem à correta e contínua avaliação do risco;
2. prestar à **SEGURADORA**, sempre que solicitado, informações sobre o cumprimento das obrigações garantidas pelas apólices e respectivos endossos, especialmente sobre o andamento processual da demanda judicial garantida pelas apólices e eventuais endossos;
3. informar à **SEGURADORA**, previamente, a existência ou não de pluralidade de garantias para o mesmo objeto garantido pela apólice e endossos, o que, em sendo efetiva, a **SEGURADORA** participará proporcionalmente;
4. apresentar informações exatas à **SEGURADORA**, ao solicitar o seguro, não omitindo qualquer informação sobre a obrigação a ser garantida;
5. informar previamente a **SEGURADORA**, sempre que solicitado, sobre qualquer alteração em seu quadro societário e/ou percentual de participação;
6. ressarcir a **SEGURADORA** de quaisquer prejuízos e/ou despesas oriundas de avisos formais de sinistro, bem como honorários advocatícios, conforme disposições do Código de Processo Civil em caso de cobrança judicial.

CLÁUSULA QUINTA

A **SEGURADORA** ficará automaticamente sub-rogada nos direitos do **SEGURADO** para haver, do **TOMADOR** ou contra terceiros cujos atos e fatos tenham dado causa ao sinistro, toda e qualquer despesa ou pagamento que venha a efetuar em decorrência das apólices e dos eventuais endossos emitidos.

CLÁUSULA SEXTA

Exclusivamente para as apólices e eventuais endossos emitidos na modalidade judicial, fica desde já acordado que o sinistro caracterizar-se-á no momento em que a **SEGURADORA** recepcionar o aviso formal de sinistro expedido pelo Juízo, determinando o pagamento da importância segurada. Deste aviso, a **SEGURADORA** emitirá comunicação o **TOMADOR** por meio de correspondência eletrônica (e-mail) direcionada as pessoas por ele indicadas, a qual deverá confirmar o seu recebimento.

Parágrafo primeiro - Qualquer aviso, notificação, solicitação ou comunicação relativa ao presente Contrato deverá ser enviada para os endereços indicados a seguir, por meio de: (i) carta registrada,



com comprovante de recebimento; ou (ii) fax, com prova de transmissão; ou (iii) entrega pessoal, com protocolo assinado pelo próprio destinatário ou, na sua ausência, por representante legal por ele indicado; ou, (iv) meio eletrônico, com comprovante de entrega ao destinatário.

(a) No caso da **TOMADOR**:

Att. Gerência de Acompanhamento e Controle de Contratos e Seguros

Endereço: Rod. Presidente Dutra, Km 330 - s/nº -Engenheiro Passos - Resende / RJ

Tel.: (24) 3321-8628

Endereço eletrônico: geacs@inb.gov.br

(b) No caso da **SEGURADORA**:

Att.:

Endereço:

Endereço eletrônico:

Parágrafo Segundo - Caso seja modificado qualquer dos dados dos representantes indicados no Parágrafo primeiro acima, a parte que promover a alteração deverá comunicar, por escrito, imediatamente à outra, sob pena de que a correspondência relativa ao presente **CONTRATO**, enviada anteriormente à comunicação de modificação dos dados dos representantes indicados seja considerada como válida, inclusive para todos os fins de pagamento, citação inicial, notificação extrajudicial, intimação e/ou ciência originados de atos administrativos ou judiciais, consoante os termos deste **CONTRATO**.

Parágrafo terceiro - O **TOMADOR** em toda e qualquer hipótese de caracterização de sinistro deverá efetuar o pagamento da quantia até 12 (doze) horas antes do prazo determinado pelo Juízo para o efetivo pagamento, conforme correspondência eletrônica expedida pela **SEGURADORA**. A obrigação de pagamento é sempre de responsabilidade do **TOMADOR**, motivo pelo qual referido pagamento deverá ser sempre espontâneo.

Parágrafo Quarto - Em caso de descumprimento ao disposto no parágrafo terceiro desta cláusula, o **TOMADOR** obriga-se a efetuar o ressarcimento do valor oferecido pela **SEGURADORA** ao Juízo **SEGURADO**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do recebimento de notificação extrajudicial por ela enviada, observadas as condições constantes na cláusula 7ª, "a" deste **CONTRATO**. Em caso de descumprimento do **TOMADOR** ao estabelecido neste parágrafo, fica desde já caracterizada sua inadimplência, independentemente de qualquer outra formalidade, podendo a **SEGURADORA** utilizar-se das medidas judiciais cabíveis para o imediato e completo reembolso.

Parágrafo Quinto – Na ocorrência de pagamento em duplicidade do débito reclamado obriga-se o **TOMADOR** a promover a devolução dos valores pagos pela **SEGURADORA**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de aplicação das concernentes penalidades previstas na cláusula 7ª, "a" deste instrumento.

Parágrafo Sexto - Fica desde já estabelecido e acordado que a **SEGURADORA** terá a faculdade de informar ao **TOMADOR**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias, anteriores da data final de vigência das apólices e/ou eventuais endossos, por intermédio de um dos meios descritos no Parágrafo 1º, direcionado as pessoas por ele indicadas, conforme os dados apresentados no referido Parágrafo, o não interesse pela renovação da garantia ora prestada. Nesta hipótese, o **TOMADOR** terá 60 (sessenta) dias para, alternativamente, antecipar ao **SEGURADO** o valor correspondente a importância segurada ou, substituí-la por outra garantia idônea e aceita pelo Juízo **SEGURADO**, sob pena de não fazendo, ter caracterizada sua inadimplência, independentemente de qualquer outra formalidade.



CLÁUSULA SÉTIMA

Ficam estabelecidas as seguintes penas convencionais, sem prejuízo uma das outras e bem assim das demais sanções previstas em lei:

a) ocorrendo o inadimplemento de qualquer quantia devida à **SEGURADORA**, nos termos deste **CONTRATO**, o débito em atraso ficará sujeito a correção monetária idêntica a atribuída às obrigações do **TOMADOR**, juros de mora à razão de 1 % (um por cento) ao mês, calculados sobre o débito corrigido monetariamente, e multa irredutível de 2% (dois por cento) sobre o total devido na forma desta alínea;

b) o inadimplemento de qualquer obrigação não pecuniária prevista neste **CONTRATO**, sujeita o **TOMADOR** à multa de 2% (dois por cento) ao mês, calculada sobre o valor do prêmio das apólices e eventuais endossos em vigor, cobrada por dia decorrido até que a obrigação seja cumprida;

CLÁUSULA OITAVA

Após notificação judicial ou extrajudicial ao **TOMADOR**, poderá a **SEGURADORA**, considerar antecipadamente vencido o presente **CONTRATO** para exigir do **TOMADOR** o pagamento imediato de valor equivalente às obrigações:

a) quando ocorrer declaração inexata do **TOMADOR** ao solicitar o seguro;

b) quando a **SEGURADORA** avaliar que a conduta ou solvência do **TOMADOR** evidencie incapacidade para cumprir as obrigações contraídas com o **SEGURADO**;

c) quando o **TOMADOR** ou empresa a ele coligada ou por ele controlada impetrar recuperação judicial ou extrajudicial, requerer ou tiver requerida sua falência;

d) quando o **TOMADOR** não cumprir com quaisquer das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**;

e) quando ocorrer protesto de títulos ou for distribuída qualquer ação contra o **TOMADOR**, que afetem seu patrimônio de forma que não possam cumprir as obrigações contraídas;

f) nos demais casos previstos em lei.

Parágrafo único - A **SEGURADORA** poderá, com intuito de fazer prevalecer seus direitos, iniciar as ações judiciais e extrajudiciais e, em especial, solicitar embargos, proibições especiais ou gerais e tantas outras medidas preventivas que julgue necessárias, para as quais o **TOMADOR** desde já presta sua concordância, ficando entendido que as citadas medidas preventivas serão mantidas enquanto persistir a obrigação da **SEGURADORA** na apólice e endossos em vigor.

CLÁUSULA NONA

Caso a **SEGURADORA** tenha que cumprir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes das **APÓLICES** e endossos, o **TOMADOR** declara que não exigirá dela nenhuma protelação no pagamento do débito que for apresentado pelo **SEGURADO**, seja a que título for, nem poderá exigir que ela discuta com o **SEGURADO** a certeza ou a liquidez da dívida.

Parágrafo Único - Não obstante o estabelecido nesta Cláusula, a **SEGURADORA** se reserva o direito de, a seu juízo, fazer ao **SEGURADO** as reservas e objeções que o **TOMADOR** considere pertinentes, desde que este lhe comunique, tempestivamente, e que a **SEGURADORA** as julgue procedentes.



Qualquer omissão ou tolerância por parte da **SEGURADORA** em exigir o fiel cumprimento das obrigações deste **CONTRATO**, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o seu direito de exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

CLAÚSULA DÉCIMA

Para assegurar o cabal cumprimento de todas as obrigações assumidas nas apólices, endossos e de quaisquer importâncias decorrentes deste **CONTRATO**, a **SEGURADORA** poderá exigir do **TOMADOR**, em caso de evidência incontestável de deterioração financeira, a apresentação de ativos livres de quaisquer ônus que correspondam a 100% (cem por cento) das obrigações garantidas, consubstanciados em:

- a) garantia fidejussória (adicional, conforme o caso);
- b) garantia real; e/ou
- c) outras garantias que julgar pertinentes, incluindo, sem limitação, carta de fiança, emitida por banco de primeira linha.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões decorrentes deste documento licitatório, desistindo as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 02 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Rio de Janeiro, de de 2024.

(SEGURADORA)

CNPJ:

(TOMADOR)

CNPJ

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG/CPF:

Nome

CPF



APÊNDICE B

RELAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS

(1) Processos Trabalhistas

Processo	Vara	Valor Depositado (R\$)
0099200-35.1989.5.03.0073	Poços de Caldas	1.266.216,39
0000461-28.2020.5.05.0641	VT/Guanambi	63.411,70
0100268-69.2018.5.01.0522	Resende	36.779,88
0010445-12.2015.5.05.0641	VT/Guanambi	32.663,09
0223000-75.2006.5.01.0521	Resende	32.003,68
0101423-71.2017.5.01.0028	28ª VT/RJ	30.383,69
0000008-04.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	22.662,25
1001425-30.2015.5.02.0716	SP - ZONA SUL	22.598,06
0011171-66.2015.5.01.0521	Resende	20.696,84
0000364-62.2019.5.05.0641	VT/Guanambi	20.286,52
0100218-43.2018.5.01.0522	Resende	19.141,88
0010140-28.2015.5.05.0641	VT/Guanambi	18.134,01
0161300-35.2005.5.01.0521	Resende	16.976,29
0011498-08.2015.5.01.0521	Resende	16.530,76
0000221-73.2019.05.05.0641	VT/Guanambi	16.331,36
0100055-66.2018.5.01.0521	Resende	15.976,34
0101244-13.2017.5.01.0521	Resende	15.860,04
0207400-77.2007.5.01.0521	Resende	13.396,12
0010221-91.2014.5.01.0521	Resende	13.096,84
0000306-16.2014.5.15.0040	SP - CRUZEIRO	12.921,97
0002251-57.2014.5.05.0641	VT/Guanambi	11.040,99
0010233-88.2015.5.05.0641	VT/Guanambi	11.006,97
0000493-09.2015.5.05.0641	VT/Guanambi	11.001,03
0000040-09.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	10.712,11
0000103-34.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	10.287,68
0000293-94.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	10.287,68
0101245-95.2017.5.01.0522	Resende	10.211,91
0000642-97.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	10.177,31
0000002-60.2019.5.05.0641	VT/Guanambi	10.177,31
0000643-82.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	10.177,31
0001620-16.2014.5.05.0641	VT/Guanambi	10.167,78
0000455-26.2017.5.05.0641	VT/Guanambi	10.130,34
022290-23.2006.5.01.0521	Resende	10.104,87
0000085-42.2020.5.05.0641	VT/Guanambi	10.103,78



0000035-16.2020.5.05.0641	VT/Guanambi	10.091,00
0001047-02.2019.5.05.0641	VT/Guanambi	10.086,15
0100440-89.2019.5.01.0032	32ª VT/Rio de Janeiro	10.059,15
0001552-61.2017.5.05.0641	VT/Guanambi	10.032,48
0000557-14.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	10.001,33
0000556-29.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	10.001,33
0000559-81.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	10.001,33
0000558-96.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	10.001,33
0000366-32.2019.5.05.0641	VT/Guanambi	9.996,73
0000555-44.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	9.995,27
0000116-38.2015.5.05.0641	VT/Guanambi	9.990,31
0000757-84.2019.5.05.0641	VT/Guanambi	9.970,72
0000287-87.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	9.958,34
0000007-19.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	9.919,48
0000104-19.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	9.894,28
0000425-54.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	8.295,95
0152100-96.2008.5.01.0521	Resende	6.501,05
0000326-21.2017.5.05.0641	VT/Guanambi	5.419,62
0010561-18.2015.5.05.0641	VT/Guanambi	5.344,73
0000452-37.2018.5.05.0641	VT/Guanambi	5.296,96
0000602-52.2017.5.05.0641	VT/Guanambi	5.223,98
0001343-92.2017.5.05.0641	VT/Guanambi	5.211,26
0000363-77.2019.5.05.0641	VT/Guanambi	5.180,79
0000367-17.2019.5.05.0641	VT/Guanambi	5.180,79
0000365-47.2019.5.05.0641	VT/Guanambi	5.180,79
0001275-04.2012.5.01.0521	Resende	5.153,59
1000006-74.2016.5.02.0704	SP - ZONA SUL	2.326,39
0000476-84.2014.5.01.0522	Resende	2.021,87
0101142-88.2017.5.01.0522	Resende	1.061,93
0051700-33.2004.5.05.0641	VT/Guanambi	930,28
0000255-19.2017.5.05.0641	VT/Guanambi	695,36
0010878-16.2015.5.05.0641	VT/Guanambi/BA	424,58
Total		2.071.103,93

(2) Processos Cíveis

Processo	Vara	Valor Depositado (R\$)
5000175-25.2023.4.02.5103	Vara Única/São Francisco de Itabapoana/RJ	6.568,96
0543576-46.2015.8.05.0001	8ª Vara Cível/Salvador	2.089,61
Total		8.858,57



ANEXO IV

PLANILHA DE PREÇOS

**MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS**

Ref. Pregão Eletrônico GESUP.F nº ____/2024

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Item	Especificação	Importância segurada (LMG)	Taxa anual (%)	Valor global estimado para 01 (um) ano (LMG x taxa anual) x 3
01	Seguro garantia judicial	R\$ 209.310.599,84 ^(A)	____% ^(B)	____ ^(Ax3)

Taxa % = valor da proposta/ LMG x 3

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados bancários:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Nome contato:

_____, de _____ de 2024.
(Cidade) (mês)

(Representante legal)

Notas:

- 1) A taxa ofertada deverá se limitar a 04 (quatro) casas decimais.
- 2) A INB não é isenta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), devendo ser considerado na proposta ofertada pela entidade seguradora a alíquota de 7,38%.